



CASO MARIELLE

Decisão sobre prisão de deputado fica para abril

Pedido de vista na CCJ da Câmara adia a análise da detenção de Chiquinho Brazão, apontado pela PF como um dos mandantes do crime. Parlamentares da esquerda se revoltam. Presidente da Casa, Lira diz que caso é sensível e requer cuidado

» ALINE BRITO
» ANDREA MALCHER
» EVANDRO ÉBOLI

Após concorrida sessão solene, na manhã de ontem, lembrando a memória de Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara frustrou, à tarde, os aliados políticos da vereadora assassinada há seis anos e os que defendem a imediata punição aos apontados como mandantes do crime. O colegiado julgava se mantinha a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela prisão do deputado Chiquinho Brazão (RJ), expulso do União Brasil, quando parlamentares de centro-direita decidiram pedir vista, ou seja, adiar a discussão e a votação do caso para outra data.

Não houve acordo, antes da sessão, para que os deputados abrissem mão de pedir vista. Com esse atraso, a decisão sobre a prisão de Brazão só deve ocorrer em 10 de abril. O prazo de vista é de duas sessões do plenário. Como não haverá reunião na semana que vem, e nesta os trabalhos se encerram hoje, a análise do pedido de prisão preventiva vai se arrastar.

Em entrevista coletiva, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que não vai apressar a votação. "Houve a prisão de um parlamentar, portanto a ordem do STF foi cumprida na sua efetividade, sem nenhum tipo de resistência. Foi cumprida a necessidade de informação à Câmara em 24h e, a partir daí, é um rito regimental", ressaltou. "Todo tempo que decorrer é em desfavor do parlamentar, que continuará preso até que o plenário da Câmara se posicione em votação aberta."

Lira acrescentou: "É um caso difícil, sensível para todos nós. Todos tratam esse assunto com o máximo cuidado, pela repercussão que sempre teve. É complexo, é grande. A ideia é que todos tenham esse prazo para se posicionarem com todo cuidado que esse tema requer."

Na CCJ, porém, parlamentares se revoltaram. "Adiar a votação desse relatório é um escárnio com a sociedade", disse Rubens Pereira Jr (PT-MA). "O que se quer, com esse adiamento, é diminuir a pressão social e tentar relaxar a prisão. Olha o risco que se corre."

A presidente da CCJ, Caroline de Moraes, Darcy de Matos (PSD-SC), argumentou que houve uma tentativa de acordo para abolir pedido de vista, sem sucesso.

O primeiro a pedir vista foi Gilson Marques (Novo-SC), que argumentou não entender a votação "de fogadilho". "Fico pasmo com essa pressão", frisou, para indignação e irritação de deputados da esquerda. Sâmia Bonfim (PSol-SP) reagiu: "Pressão? Faz seis anos que ocorreu esse crime bárbaro".

Relator na CCJ da decisão de Moraes, Darcy de Matos (PSD-SC) lamentou o adiamento e disse que se trata de um "crime bárbaro contra a mulher, contra a democracia", que merece uma punição "drástica e firme".

Obstáculos

Em seu relatório, Matos concluiu que está configurado o flagrante do crime apontado pela investigação da Polícia Federal e que os atos de obstrução continuavam a ser praticados ao longo do tempo.

"As atividades da organização estavam em pleno funcionamento, de modo que ainda persiste a periclitada à higidez da instrução criminal, ou ainda, até os dias atuais, é possível aferir a movimentação de Domingos, Chiquinho e Rivaldo no sentido de criar obstáculos à regular tramitação da elucidação dos fatos que circundam o homicídio de Marielle e Anderson, de modo a sinalizar, de forma cristalina, a perenidade de suas condutas", enfatizou o relator, repetindo trechos da investigação, e citando os três acusados de articularem a morte de Marielle e Anderson: além de Chiquinho Brazão, o irmão dele e conselheiro do Tribunal de Contas do estado, Domingos Brazão, e o ex-chefe da Polícia Civil do Rio Rivaldo Barbosa.

Matos entendeu que entre os atos praticados para obstruir as investigações figuram, além da não realização de diligências frutíferas — providência esperada de um aparato policial eficiente —, a desídia na captação e análise das imagens de circuito fechado, que são de fundamental importância na identificação célere dos executores e na elucidação do crime.

"O conjunto de atos de obstrução teve a participação de diversas pessoas, configurando o claro envolvimento de uma organização criminosa", diz seu relatório.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Preso na Papuda, Chiquinho Brazão falou na sessão por videoconferência: "Parece que cresce um ódio das pessoas buscando, não importa quem"

Análise em plenário

De acordo com os últimos precedentes, como o do ex-deputado bolsonarista Daniel Silveira, depois da CCJ, o próximo passo é a apreciação do relatório no plenário da Casa, que precisa ter a maioria absoluta, ou seja, 257 parlamentares para a aprovação final.

É um caso difícil, sensível para todos nós. Todos tratam esse assunto com o máximo cuidado, pela repercussão que sempre teve. É complexo, é grande"

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

Brazão: "Ótimo relacionamento"

Suspeito de ser um dos mandantes do assassinato de Marielle Franco, o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) teve o direito de usar a palavra na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, ontem, mesmo estando preso. Ele disse que mantém um "ótimo relacionamento" com a vereadora.

"A gente tinha um ótimo relacionamento. Só tivemos uma vez um debate em que ela defendia a área de especial interesse que eu também defendia. Inclusive, defendemos depois disso. Rio das Pedras, que o prefeito (Marcelo) Crivella queria construir prédios, e a Marielle estava do meu lado na mesma luta, posterior a tudo isso", declarou Brazão, por videoconferência, do presídio da Papuda.

Segundo ele, a motivação do crime apontada pela investigação da Polícia Federal, que

envolve a disputa pela regularização de territórios na cidade do Rio de Janeiro, seria fundada em uma "coisa simples".

"O tema que está sendo debatido hoje (ontem) aconteceu na Câmara Municipal do Rio de Janeiro num debate, onde eu debatia com a vereadora, uma coisa simples. Não vejo esse elo gerando o que gerou pelo Brasil, pela simples discordância de um ponto de vista, em que eu estava lutando para aprovar o projeto que regulamentava, num período de um ano, os condomínios irregulares, para que a cidade do Rio de Janeiro pudesse ter mais organização, por falta de iniciativa do poder público que permitiu que muitos desses condomínios pudessem ser construídos", frisou.

O depoimento de Brazão foi finalizado sob protesto de deputados do PSol, que o chamavam de "assassino".

Crítica da defesa

O advogado Kleber Lopes, que atua na defesa do deputado, pediu a soltura imediata do cliente por entender que a prisão foi ilegal. Segundo destacou, o crime atribuído ao cliente ocorreu em 2018, antes de ele ter sido eleito deputado. "Ora, se foi ato fora do mandato, não tem razão de ser acusado", disse Lopes.

Ele argumentou também que, se seu cliente seguiu obstruindo a investigação anos após o assassinato, como acusa a PF, deve responder em liberdade, por se tratar de crime que se pode pagar fiança.

"É uma prisão preventiva decretada ao arrepio da Constituição Federal. A prisão preventiva é vedada expressamente pela Constituição Federal. Se a Constituição não está adequada para a realidade do Brasil, vamos propor a mudança", sustentou Lopes. (AM e EE)

Polícia Federal põe urgência em perícia de novas provas

Ao requerer as diligências cumpridas na Operação Murder Inc — em especial a prisão dos irmãos Chiquinho e Domingos Brazão e do delegado Rivaldo Barbosa —, a Polícia Federal adiantou já ter pedido prioridade na perícia dos materiais que seriam coletados pelos investigadores, inclusive celulares e computadores apreendidos quando a ofensiva foi aberta, no domingo.

A PF indicava que determinaria ao Setor Técnico Científico no Rio a "extração urgente" dos dados colhidos nas diligências. "É cediço que tal procedimento se prolonga, em condições normais,

por pelo menos 30 dias. Todavia, atendendo às peculiaridades do caso em tela, todos os materiais serão imediatamente encaminhados à perícia", anotou.

A corporação entendeu que a requisição do então ministro da Justiça, Flávio Dino, para que a PF assumisse as investigações do caso Marielle, foi "satisfeita integralmente", considerando que só está pendente a análise do material apreendido na operação.

Nessa linha, os investigadores preveem a remessa de relatórios adicionais à Procuradoria-Geral da República, para a instrução de eventuais ações penais.



Domingos Brazão é suspeito de ter mandado matar a vereadora



Rivaldo Barbosa foi responsável, segundo a PF, pelo planejamento

A corporação informou ao STF que devolveu a maioria dos bens apreendidos durante as investigações do caso, em razão de eles terem sido recolhidos por ordem de primeiro grau e não mais interessarem ao atual estágio do inquérito. Ficaram com a Polícia Federal apenas os estojos, projeteis e fragmentos de metal recolhidos no local do crime.

O relatório final da investigação, com 479 páginas, resultou no indiciamento formal de quatro investigados. O mais implicado é o ex-chefe da Polícia Civil do Rio Rivaldo Barbosa, tido pela PF como

"autor intelectual" do crime, com os irmãos Brazão. Os três negam envolvimento com o caso.

O indiciamento é considerado a primeira informação formal sobre crimes já apurados. O Ministério Público ainda vai avaliar se as provas do inquérito corroboram as imputações. Depois, pode ser oferecida uma eventual denúncia. Somente após o trâmite da ação penal chega-se à condenação ou à absolvição.

A dosimetria da pena é sempre a última etapa da sentença condenatória e é calculada em fases, considerando uma série de aspectos do crime.